



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2024

### CADERNO DE PROVA

### PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

#### INSTRUÇÕES

- 1) Confira este Caderno de Prova. Ele é **FRENTE E VERSO** e deverá conter **10 (dez)** questões de português, **30 (trinta)** questões de conhecimentos específicos e **2 (duas)** questões discursivas distribuído em **15 (quinze)** páginas, incluindo esta.
- 2) A prova terá duração de **4 (quatro)** horas, improrrogáveis.
- 3) A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.
- 4) Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.
- 5) Responda as questões objetivas e as questões discursivas nas folhas de respostas que serão entregues em separado.
- 6) As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção. Sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.
- 7) Não rasure as folhas de respostas, as quais **deverão conter somente o número de inscrição do candidato**, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.
- 8) **Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.**
- 9) Este Caderno de Prova deverá ser devolvido junto com a folha de resposta ao final da prova.

**Boa Sorte!!!**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**Prova Objetiva de Português**

**Questão 1**

**Assinale a opção que não contém erro de regência verbal:**

- a) O contrato foi celebrado para atender às necessidades de pessoal da instituição.
- b) O atraso no pagamento implicou em multas e juros.
- c) O estagiário procedeu a leitura do processo.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 2**

**Assinale a alternativa que não contém erro de regência nominal:**

- a) Estou obcecado com vídeos de pegadinhas na internet.
- b) A mãe sempre tem muito orgulho pelas conquistas dos filhos.
- c) O chefe ficou muito satisfeito pelo resultado alcançado pela equipe.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Nas questões 3 a 7, assinale a alternativa que não apresenta erro:**

**Questão 3**

- a) É verdade que o pão integral possui menas calorias do que o pão branco?
- b) Os arquivos anexos contém todos os dados de que você precisa.
- c) Já passa de meio-dia e meio.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 4**

- a) É proibida entrada de pessoas estranhas nesta sala.
- b) Tenho várias camisetas azuis-celeste.
- c) Não é permitido venda de mercadorias dentro de repartições públicas.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 5**

- a) Já passam das duas horas da madrugada.
- b) Tratam-se de recursos interpostos contra a sentença.
- c) Vendeu-se muitos presentes para as festas.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 6**

- a) Prefiro mais ficar em casa do que sair.
- b) O médico assistiu o paciente ainda no corredor.
- c) Preciso de relaxar um pouco.
- d) Nenhuma das anteriores.

**Questão 7**

- a) Piadas, cócegas, gracinhas, nada o faziam rir.
- b) Correr e caminhar fazem bem para o coração.
- c) Hoje são 28 de abril.
- d) Nenhuma das anteriores.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### Questão 8

**Aponte a alternativa em que a preposição está corretamente colocada:**

- a) A que horas ela saiu para o cinema?
- b) Essa é a chance que eu precisava.
- c) Apesar da aluna ter falhado na prova, ela não foi reprovada.
- d) Nenhuma das anteriores.

### Questão 9

**Assinale a alternativa correta:**

- a) Eu gosto de escrever; no entanto, prefiro ler (o sinal de ponto e vírgula indica um aposto).
- b) A mãe estava muito cansada – pois trabalhara o dia todo –, mas ela ainda fez o jantar (o sinal de travessão foi usado para destacar um trecho intercalado).
- c) Você pode encerrar a palestra, por favor? (o sinal de interrogação exprime dúvida).
- d) Nenhuma das anteriores.

### Questão 10

**Os sinais de pontuação estão corretamente colocados em:**

- a) Duas participantes do curso de capacitação receberam nota máxima: uma delas, por ter cumprido toda a carga horária; a outra, por ter feito as melhores apresentações. Mas, por outro lado, nenhuma conseguiu explicar em que consistiu o curso.
- b) Duas participantes, do curso de capacitação, receberam nota máxima - uma delas, por ter cumprido toda a carga horária; a outra, por ter feito as melhores apresentações, mas por outro

lado nenhuma conseguiu explicar: em que consistiu o curso.

c) Duas participantes do curso de capacitação receberam nota máxima; uma delas por ter cumprido toda a carga horária, a outra por ter feito as melhores apresentações: mas por outro lado, nenhuma conseguiu explicar em que consistiu o curso.

d) Nenhuma das anteriores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

## Conhecimentos Específicos

### Prova Objetiva de Pós-graduação em Direito

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

##### **11. [Direito Constitucional]**

**Sobre o processo legislativo e as leis no Brasil, é correto afirmar.**

- a) A lei complementar é a única lei que pode desenvolver as normas da parte orgânica da Constituição.
- b) A lei ordinária é usada com exclusividade, quando o texto constitucional se referir apenas a “lei”.
- c) A emenda à Constituição exige igual quórum qualificado para iniciativa e para a aprovação, havendo de respeitar os limites circunstanciais e materiais.
- d) Nem toda lei precisa de aprovação pelo plenário das Casas Legislativas para ir à sanção ou veto do Presidente da República.

##### **12. [Direito Constitucional]**

**A conversão do Projeto de Lei em Lei:**

**I. Opera-se com a sanção do Presidente da República.**

**II. Importa obrigatoriedade de seus comandos.**

**III. Dá-se por meio da promulgação.**

**IV. Ocorre com a derrubada do veto presidencial pelo Congresso.**

**Assinale a alternativa correta:**

- a) somente I é verdadeira.
- b) todas são corretas.
- c) apenas I e III estão corretas.
- d) apenas I e IV estão corretas.

##### **13. [Direito Constitucional]**

**Sobre o processo legislativo, é incorreto dizer que:**

- a) admite o rito sumário, especial e ordinário.
- b) pode ser terminativo ou conclusivo no âmbito de uma comissão parlamentar.
- c) tem início sempre na Câmara dos Deputados.
- d) dá primazia à casa iniciadora, exceto no caso das emendas à Constituição.

##### **14. [Direito Constitucional]**

**De acordo com a Constituição e a orientação do STF, é correto afirmar sobre o impeachment:**

- a) Compete à Câmara dos Deputados iniciar o processo de impeachment.
- b) Há necessidade do voto de dois terços de deputados e senadores para qualquer decisão tomada no processo.
- c) O STF pode interferir no mérito da decisão do Senado e não apenas na forma ou garantias das partes.
- d) Durante o processo de impeachment, preside as sessões o presidente do STF e não o presidente do Senado.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### 15. [Direito Constitucional]

Analise as proposições abaixo, assinalando em seguida, a alternativa correta:

I. As CPIs podem quebrar o sigilo fiscal dos investigados.

II. As CPIs não podem determinar a interceptação das comunicações telefônicas dos investigados sem ordem judicial, embora possam requerer às operadoras de telefonia o extrato das ligações feitas e recebidas.

III. É a lei complementar que estabelece o número de deputados federais e a representação por Estado, de acordo com o número de eleitores, dentro do limite de 8 a 70.

IV. O Senado Federal desempenha um papel importante na fixação de limites do endividamento público.

- a) Apenas I é verdadeira
- b) Apenas III é falsa
- c) Apenas I e IV são verdadeiras
- d) Apenas IV é verdadeira.

## DIREITO CIVIL e CONSUMIDOR

### 16. [Direito Civil e do Consumidor]

Dadas as seguintes assertivas representativas da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do direito do consumidor:

I – A publicidade de alimentos direcionada, explícita ou implícita, ao público infantil é abusiva.

II – Dependendo do caso, erro grosseiro de carregamento no sistema de preços e a rápida comunicação ao consumidor podem vir a afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta.

III – As normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros prevalecem sobre o Código de Defesa do Consumidor em casos de indenização por danos materiais.

IV – O banco não é responsabilizado por fraude em compra on-line paga via boleto de produto não recebido, pois a instituição financeira não pertence à cadeia de fornecimento e também não apresentou falhas na sua prestação de serviço.

É correto afirmar que:

- a) apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- b) as assertivas II e III são falsas.
- c) as assertivas I e IV são falsas.
- d) todas as assertivas são verdadeiras.

### 17. [Direito Civil e do Consumidor]

Sobre a capacidade civil, é correto afirmar que:

- a) A Lei Brasileira de Inclusão promoveu consideráveis alterações quanto à capacidade civil da pessoa com deficiência, dentre elas a revogação dos incisos II e III do art. 3.º do Código Civil e a instituição da possibilidade de tomada de decisão apoiada, definida como o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas,



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

b) Os indígenas são sempre considerados absolutamente incapazes, dependendo seus atos civis, para validade, de homologação pelo Serviço de Proteção Indígena.

c) A capacidade civil da mulher casada é mitigada, já que depende da outorga do cônjuge-varão para a realização de atos negociais.

d) A capacidade civil é alcançada quando completados vinte e um anos de idade, ressalvadas as possibilidades legais de cessação da incapacidade para os menores.

### **18. [Direito Civil e do Consumidor]**

**Acerca dos direitos da personalidade é incorreto afirmar que:**

a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

b) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei; em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da

morte; o ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

d) O STF julgou procedente ADI para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes).

### **19. [Direito Civil e do Consumidor]**

**Dadas as seguintes assertivas acerca das regras atinentes à responsabilidade civil:**

**I - O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes; a indenização, todavia, deverá ser equitativa e não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.**

**II - Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.**

**III - A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo, contudo, questionar mais sobre a existência do fato,**



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

**IV - O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.**

**É correto afirmar que:**

- a) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) as assertivas II e IV são falsas.
- c) todas as assertivas são verdadeiras.
- d) todas as assertivas são falsas.

### **20. [Direito Civil e do Consumidor]**

**Consideradas as regras expressas introduzidas no Código Civil, é incorreto afirmar que:**

- a) Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais.
- b) as partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução.
- c) a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada;
- d) a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **21. [Direito Processual Civil]**

**De acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, a dispor pelo não provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora da demanda, pode ser interposto:**

- a) Recurso Extraordinário, ao fundamento de que o acórdão não se manifestou sobre disposição de lei invocada pelo recorrente no elenco dos fundamentos jurídicos do recurso.
- b) Embargos de declaração, ao fundamento de que órgão prolator do acórdão não se pronunciou sobre questão de nulidade da sentença recorrida apontada no recurso inominado, afeta à ilicitude da prova em que se baseou a sentença em primeiro grau.
- c) Recurso Especial, ao fundamento de que o acórdão recorrido contrariou lei federal.
- d) Embargos de declaração, ao fundamento de que o órgão prolator do acórdão não se pronunciou sobre documento de relevante valor probante reportado nos fundamentos do recurso inominado.

### **22. [Direito Processual Civil]**

**No que pertine ao tema de provas lícitas ou ilícitas no processo civil, segundo o Supremo Tribunal Federal, dados bancários e fiscais obtidos pela Receita Federal, utilizados para o lançamento de tributo, ante à constatação pelo referido órgão fazendário de que há indícios da prática de conduta criminosa:**

- a) podem ser compartilhados com o Ministério Público Federal, a não depender de prévia autorização judicial.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

b) podem ser compartilhados com o Ministério Público Federal, inclusive por mecanismos não formais de comunicação.

c) podem ser compartilhados com o Ministério Público Federal apenas após prévia autorização judicial.

d) podem ser compartilhados com o Ministério Público Federal, mas não com o Ministério Público Estadual.

### 23. [Direito Processual Civil]

**José moveu contra Pedro Ação de Indenização por Ato Ilícito (segunda demanda). Na contestação, Pedro alegou litispendência em relação a uma outra demanda anteriormente ajuizada (primeira demanda), que teria idênticos elementos identificadores: partes, pedido e causa de pedir. Acolhido a referida defesa processual da litispendência, o Juízo proferiu sentença a determinar a extinção do processo sem exame do mérito, a qual não foi impugnada e veio a transitar em julgado. Ocorre que, mais tarde, o processo relativo àquela primeira demanda que originou a alegação de litispendência veio a ser extinto também sem exame de mérito, por inépcia da inicial. Nesse caso, José poderia:**

a) ajuizar contra Pedro Ação Anulatória Autônoma (querela nullitatis) da sentença que, tendo acolhido a alegação de litispendência, extinguiu sem exame de mérito a segunda demanda.

b) peticionar nos autos da segunda demanda o desarquivamento do processo e para que seja retomado o processamento da ação.

c) ajuizar contra Pedro Ação Rescisória do julgado proferido na segunda demanda, com fundamento no artigo 966, § 2º, c/c Art. 966 caput, VII do Código de Processo Civil.

d) recorrer ao Conselho Nacional de Justiça para que este determine ao Juízo de primeiro grau o desarquivamento e processamento da segunda demanda.

### 24. [Direito Processual Civil]

**Segundo jurisprudência dos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça), em Ação Civil Pública o Ministério Público não pode tutelar:**

a) defesa da higidez do meio ambiente.

b) defesa de consumidores que contrataram planos de saúde, aos quais a pessoa jurídica mantenedora do plano nega cobertura de tratamento cardíaco de angioplastia com instalação de stents.

c) defesa da higidez do patrimônio público.

d) defesa coletiva de contribuintes em face da Fazenda Pública, ao fundamento de suposta inconstitucionalidade de lei que majorou a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

### 25. [Direito Processual Civil] De acordo com a Lei 7347/85, Lei de Ação Civil Pública, é correto afirmar que:

a) na pendência da Ação Civil Pública ajuizada por associação legitimada, esta poderá tomar do réu compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

cominações, tendo o respectivo instrumento formal eficácia de título executivo extrajudicial.

b) os recursos cabíveis serão recebidos no efeito devolutivo, sendo que, por decisão fundamentada, em caráter excepcional, para evitar dano irreparável à parte, o juízo poderá conferir efeito suspensivo aos recursos.

c) é facultado ao Juízo da Ação Civil Pública intimar o Ministério Público para intervir na condição de fiscal da lei, quando este não figurar como parte no processo.

d) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que essa limitação territorial da coisa julgada não prevalece.

### **DIREITO PENAL**

#### **26. [Direito Penal]**

**Sobre os princípios do Direito Penal, assinale a alternativa incorreta:**

a) Em vista do princípio da humanidade da pena (art. 5º, incisos III, XLVII, XLVIII, XLIX e L, da Constituição Federal) é vedada, sem exceção, a pena de morte.

b) Baseia-se o princípio da insignificância ou bagatela no postulado de que o Direito Penal não deve se preocupar com condutas incapazes de lesar o bem jurídico tutelado.

c) A Medida Provisória não é instrumento legislativo idôneo para abolir um fato como criminoso (*abolitio criminis*).

d) A lei penal mais grave aplica-se ao crime

permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

#### **27. [Direito Penal]**

**Assinale a alternativa verdadeira:**

a) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, a pena será reduzida de um a dois terços, se, por ato voluntário do agente, for reparado o dano ou restituída a coisa, até a conclusão do inquérito policial.

b) A prática de fato em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, exclui a ilicitude do fato.

c) Em relação ao concurso de pessoas, o Código Penal Brasileiro adota, em regra, a teoria unitária ou monista, pelo que todos os que tomaram parte na infração penal respondem pelo mesmo crime.

d) O peculato de uso é conduta típica prevista no Código Penal.

#### **28. [Direito Penal]**

**Assinale a alternativa verdadeira:**

a) Diferentemente da lei penal temporária, a lei penal excepcional possui ultratividade.

b) Aplica-se a lei brasileira a crimes praticados contra a vida ou a liberdade do Presidente da República desde que o agente entre em território nacional.

c) É necessária a homologação da sentença penal estrangeira para caracterização da reincidência no Brasil.

d) Em relação ao tempo do crime, o Código Penal Brasileiro, em seu Art. 4º, adota a teoria da atividade.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### 29. [Direito Penal]

#### Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O termo inicial da prescrição do crime de “fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo”, tipificado no Art. 2º, I, da Lei nº 8.137/1990, é a constituição definitiva do crédito tributário.
- b) Para punição do partícipe, conforme o entendimento majoritário no Brasil, exige-se que o autor pratique fato típico, ilícito e culpável.
- c) O Código Penal Brasileiro, relativamente à aplicação da sanção penal, adota o sistema vicariante, admitindo a cumulação de pena e medida de segurança.
- d) A objetividade jurídica do crime de contrabando, tipificado no Art. 334-A do Código Penal, é a saúde pública.

### 30. [Direito Penal]

#### Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Diante da revogação da Lei nº 8.666/93 pela Lei nº 14.133/2021, deu-se a abolição criminis em relação à conduta de frustrar ou fraudar o caráter competitivo de licitação, originalmente prevista no art. 90 da Lei nº 8.666/93.
- b) Configura-se o delito de tráfico de pessoas, tipificado no Art. 149-A do Código Penal, independentemente da presença de grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso.
- c) A jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores é no sentido da inaplicabilidade do

princípio da insignificância ao delito de estelionato em prejuízo do patrimônio público (Art. 171, §3º, do Código Penal).

d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, todo aquele que exerce cargo ou emprego público de forma permanente.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 31. [Direito Processual Penal]

#### Sobre as provas, o processo penal, analise as assertivas abaixo:

- I. São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- II. São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- III. O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível poderá proferir a sentença ou acórdão, desde que ela já tenha sido desentranhada dos autos.
- IV. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

#### Está correto o que se afirma em:

- a) I e II;
- b) II e III;
- c) III e IV;
- d) II e IV.

### 32. [Direito Processual Penal]

#### Sobre a prisão no processo penal, é CORRETO afirmar que:



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- a) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício, a qualquer tempo.
- b) Em qualquer caso, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
- c) A prisão poderá ser efetuada apenas durante o dia, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- d) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

### **33. [Direito Processual Penal] Sobre a competência no processo penal, analise as assertivas abaixo:**

- I. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo local de domicílio do réu.**
- II. Não sendo conhecido o lugar da infração, será competente o juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.**
- III. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.**
- IV. Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se incluía na sua**

**competência, continuará competente em relação aos demais processos.**

### **Está correto o que se afirma:**

- a) Apenas em I e II;
- b) Apenas em III e IV;
- c) Apenas em II e IV;
- d) Em todas as assertivas.

### **34. [Direito Processual Penal] Sobre o processo dos crimes dolosos contra a vida, é INCORRETO afirmar que:**

- a) A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.
- b) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.
- c) Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais distantes.
- d) Conforme redação do Código de Processo Penal, ao proferir sentença, no caso de condenação a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão, o juiz determinará a



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão, se for o caso, sem prejuízo do conhecimento de recursos que vierem a ser interpostos.

### **35. [Direito Processual Penal] Segundo a Lei dos Juizados Especiais, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá apelação, que deverá ser interposto no prazo de cinco dias.
- c) Os embargos de declaração são cabíveis quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão, que deverão ser opostos em dois dias.
- d) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **36. [Direito Administrativo] Segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da demissão de**

**empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, admitidos por concurso público, é incorreto afirmar:**

- a) A demissão deve ser devidamente motivada, mediante processo administrativo, nos moldes em que se exige para os servidores públicos que adquirem estabilidade.
- b) A demissão deve ser motivada, em ato formal e com fundamento razoável, a exemplo da necessidade de corte de despesas, não se exigindo processo administrativo.
- c) Não é necessário que a motivação se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista.
- d) A exigência de motivação, nos moldes em que definida pela STF, aplica-se tanto às empresas estatais prestadoras de serviço público quanto às exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial.

### **37. [Direito Administrativo] Com relação aos consórcios públicos, é correto afirmar:**

- a) Por consistirem em forma de gestão associada de entes federativos, visando à prestação de serviços públicos de interesse comum, não implicam a necessária formação de nova pessoa jurídica.
- b) São constituídos por contrato.
- c) Podem ter personalidade de direito público ou de direito privado.
- d) Ao celebrarem contratos, os consórcios deverão obrigatoriamente realizar procedimento licitatório.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**38. [Direito Administrativo]**  
**Segundo a teoria do órgão, é correto afirmar que:**

- a) Agentes públicos possuem um vínculo contratual com a Administração Pública, atuando como seus mandatários.
- b) As atuações dos agentes públicos não devem ser imputadas pessoalmente a eles, mas sim ao órgão que integram, cuja manifestação de vontade exterioriza, a um só tempo, a vontade da pessoa jurídica.
- c) Órgãos públicos independentes e autônomos possuem capacidade processual ativa.
- d) Os agentes públicos têm vontade independente dos entes estatais, razão pela qual atuam, no exercício de suas funções, como representantes do Poder Público.

**39. [Direito Administrativo]**  
**Assinale a alternativa correta:**

- a) A servidão é forma de limitação administrativa, ostentando, portanto, qualidade de direito real.
- b) A servidão administrativa é forma de intervenção estatal na propriedade privada, e afeta o caráter exclusivo da propriedade.
- c) A servidão administrativa, por impor restrições a bens de particulares, necessariamente gera direito de indenização, em valor fixo estipulado pela lei que a instituiu.
- d) A servidão é celebrada em instrumento consensual entre Administração Pública e o

proprietário do imóvel, que deve ser registrado em Cartório de Registro de Imóveis para produzir efeitos erga omnes.

**40. [Direito Administrativo]**  
**A respeito dos possíveis objetivos dos processos licitatórios, leia os itens a seguir:**

**I – Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.**

**II – Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.**

**III – Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.**

**IV – Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.**

**Marque a alternativa que indica corretamente quais são os objetivos expressamente previstos pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) para os processos licitatórios:**

- a) São verdadeiros apenas os itens I e II.
- b) São verdadeiros apenas os itens I, II e III.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) São verdadeiros apenas os itens III e IV.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## **Prova Discursiva de Pós-graduação em Direito**

### **Questão 1. [Direito Civil e do Consumidor]**

**Da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça colhe-se o seguinte julgado:**

**EMENTA:** AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. ART. 927 DO CPC/73.

1. "O cumprimento da função social da posse deve ser cotejado junto a outros critérios e elementos legais, a teor dos artigos 927, do Código de Processo Civil e 1.201, parágrafo único, do Código Civil" (REsp 1148631/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 04/04/2014).

2. O "art. 927 do CPC/1973, reproduzido no art. 561 do novo diploma, previa competir ao autor da ação possessória de reintegração a comprovação dos seguintes requisitos: a posse; a turbação ou esbulho pela parte ré; a data da turbação ou do esbulho e a perda da posse", todavia, "ainda que verificados os requisitos dispostos no item antecedente, o julgador, diante do caso concreto, não poderá se furtar da análise de todas as implicações a que estará sujeita a realidade, na subsunção insensível da norma. É que a evolução do direito não permite mais conceber a proteção do direito à propriedade e posse no interesse exclusivo do particular, uma vez que os princípios da dignidade humana e da função social esperam proteção mais efetiva (REsp 1302736/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 23/05/2016)

3. O tribunal de origem deixou de prestar jurisdição completa para o deslinde da presente causa ao não apreciar a "qualidade da posse", quanto ao cumprimento da função social da propriedade esbulhada, sendo imperioso o retorno dos autos à origem para prosseguir na avaliação da prova no caso concreto.

4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AIRES - AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL n.º 1636012, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino).

**Atentando-se apenas para as questões de direito material:**

**a) conceitue e distinga posse e propriedade, apresentando os elementos integrativos e classificações de cada qual;**

**b) disserte acerca da função social da propriedade e da posse, apontando as hipóteses de**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

seu descumprimento e as consequências legais.

**Questão 2. [Direito Processual Penal]**

**Discorra sobre o princípio da insignificância, abordando, necessariamente, seu conceito; natureza jurídica, requisitos estabelecidos pela jurisprudência para sua configuração e sua (in)aplicabilidade ao crime de contrabando de cigarros.**